

Constituinte deve fixar ouvidor, diz Mesquita

Da Sucursal de Brasília

O jornalista Fernando César Mesquita, 47, secretário-executivo da Comissão de Defesa dos Direitos do Cidadão (Codici), defende que o Congresso constituinte institucionalize e nomeie um "ombudsman" (ouvidor-geral) para defender os direitos do cidadão. Em apoio à sua tese, Mesquita cita a experiência da Suécia —país onde surgiu a figura do "ombudsman"—, onde o cargo de ouvidor-geral é eleito pelo Parlamento. Segundo ex-porta-voz da Presidência da República, o ouvidor-geral "é um instrumento de fiscalização para pessoas que tenham interesses para defender junto à máquina administrativa e que são postergados".

Mesquita mudou sua rotina no Palácio do Planalto desde que assumiu o Codici. Longe dos microfones das emissoras de rádio e televisão e do assédio diário de dezenas de jornalistas, o "ombudsman" do governo Sarney passa a maior parte de seus dias fechado em uma sala, no segundo andar do Palácio, promovendo reuniões e cercado por assessores e relatórios. Segundo ele, há atualmente cerca de 4 mil processos da Codici tramitando pela administração federal. "Estamos recebendo em média trezentas cartas por dia", afirma o ex-porta-voz da Presidência da República.

Dentro dos envelopes, o maior número de reclamações (cerca de 30%) diz respeito à perda de poder aquisitivo dos aposentados. Há, no entanto, queixas sobre aumentos de aluguéis, morosidade da Justiça e dificuldades para aquisição da casa própria. Pedidos de revisão de processos de aposentadoria no INPS e ministérios e no posicionamento de funcionários públicos, além de sugestões para o Congresso constituinte. Fernando César diz que, de um modo geral, já foram resolvidos pelo menos cinquenta casos encaminhados ao órgão.

A Codice se ocupa também de assuntos mais delicados, encontram-se atualmente no órgão cerca de 250 casos relativos a conflitos de terras e problemas com o Incra. Foi, aliás, um atrito com a atual diretoria do Incra que tirou Fernando César da Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República. No campo da reforma agrária, as correspondências trazem críticas às desapropriações feitas pelo Incra, ao valor pago pelas terras desapropriadas, problemas com o Imposto Territorial Rural (ITR) e reclamações de posseiros por maus-tratos recebidos de proprietários rurais. Até o momento, ainda não foram resolvidas queixas nessa área, mas muitas delas, segundo a Codici, estão tramitando.

Os assuntos mais graves são discutidos pelo colegiado presidido por Fernando César Mesquita e integra-

do pelo coronel Expedito Hermes, do Gabinete Militar, pelo consultor Sebastião Afonso, pelo procurador Wagner Gonçalves e também pelo advogado Carlos Galiza, representante da Secretaria de Administração. Eles reúnem-se todas as terças-feiras, das 9h às 13h, para tratar dos assuntos que, pelo regimento do Codici, não podem ser divulgados até serem solucionados, diz Mesquita.

A Codici conta atualmente com cerca de trinta funcionários espalhados por duas salas (e dois corredores) no segundo andar do Palácio do Planalto, e outras duas no anexo da sede do governo, relata Fernando César. "A comissão não tem quadros nem remuneração. Ninguém aqui

ganha nada além do salário do emprego de origem", diz. Segundo ele, o "staff" da Codici foi montado com funcionários vindos da SID e da Secretaria de Administração. Os assessores foram emprestados de outros órgãos e da Câmara.

A proposta de criação de outros "ombudsman" ou ouvidores gerais no Estados de São Paulo, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul e Bahia —no Paraná já existe— anima o ex-porta-voz. "Podemos movimentar mais a máquina administrativa, que é nosso objetivo", afirma. Segundo ele, com os ouvidores gerais no Estados, será possível remeter a eles assuntos ligados às regiões, já que a Codici cuida apenas de assuntos

ligados à administração federal.

O ouvidor-geral do Paraná, Wagner D'Angelis, também acha fundamental que a figura do "ombudsman" se generalize pelos Estados. Segundo ele, isto indicaria "uma disposição dos governos de moralizar a administração pública". Admite, porém, que essa instituição é limitada, uma vez que seus titulares são funcionários do Executivo.

Nem todos os Estados onde serão criados o cargo de ouvidor-geral terão uma pessoa com essa exclusiva atribuição. Em São Paulo, o secretário do Interior, Ueb Rezek, acumulará a função. O mesmo ocorrerá na Bahia, onde o secretário de Governo, Filemon de Matos, exercerá a função. No Rio Grande do Sul, o secretário especial de Governo, Fábio Koff, deverá ser escolhido pelo governador Pedro Simon para desempenhar a função.